



Índice

- 01** [Governo e comunidades afrodescendentes programa o Ciclo do Marabaixo para 2015](#)
- 02** [Comunidades atingidas por Bamim e Fiol se articulam em Intercâmbio](#)
- 03** [Mobilização da sociedade é o antídoto contra graves e iminentes retrocessos, por Maurício Guetta](#)
- 04** [Justiça de Humaitá suspende audiência a pedido de defesa de índios Tenharim](#)
- 05** [Com cheia do Madeira, comunidade de São Sebastião está isolada, em RO](#)
- 06** [Humaitá: Familiares Dos Três Homens Mortos Na Reserva Indígena Tenharim-Marmelo Pedem Justiça](#)
- 07** [BNDES aprova R\\$ 6,6 mi do Fundo Amazônia para projeto dos Índios Ashaninka, do Acre](#)
- 08** [Museu Goeldi sedia jornada sobre pescadores tradicionais](#)
- 09** [A força da mulher pantaneira do Mato Grosso do Sul](#)
- 10** [Comissão de Agricultura também analisará marco legal da biodiversidade](#)
- 11** [Campello reforça que políticas sociais não sofrerão com ajuste fiscal](#)
- 12** [Currículo diferenciado para comunidade Quilombola](#)
- 13** [Marinha presta esclarecimentos sobre Operação Amazônia Azul](#)



- 14 Dom Francisco Xavier Rey: uma experiência educativa contra o analfabetismo no Vale do Guaporé no século XX!
- 15 Índios Pitaguary fecham acesso a açude em Maracanaú
- 16 Mulheres indígenas: trocas de saberes e sabores – refletindo sobre práticas alimentares
- 17 Justiça dá prazo para que Funai em Altamira se reestrutуре e atenda indígenas afetados por Belo Monte
- 18 Carta Pública: Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares do Brasil repudiam projeto de lei que vende e destrói a biodiversidade nacional
- 19 Programa "Voz Indígena" será veiculado na Educativa FM e TVE
- 20 Médicos e enfermeiros são capacitados sobre Doenças Prevalentes na Infância
- 21 MDA articula políticas públicas para povos indígenas
- 22 Justiça cobra plano para atender indígenas afetados por Belo Monte
- 23 No AM, termina 1ª audiência com índios acusados de triplo homicídio
- 24 OAB-MS promove em abril a VI Semana do Índio
- 25 Aldeias indígenas de Maricá ganharão unidades escolares
- 26 Pesquisador investiga redes sociais na cadeia produtiva da castanha-do-Brasil
- 27 Ministro visita Eirunepé e traça planos para minimizar efeitos da cheia dos rios
- 28 Número de pessoas afetadas pela cheia no AM sobe para 65 mil



Governo e comunidades afrodescendentes programa o Ciclo do Marabaixo para 2015
SÍTIO CHICO TERRA, 03.03.2015

A Secretaria de Estado da Cultura (Secult) e a Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes (Seafro) montaram uma agenda de encontros com as comunidades tradicionais para organizar o Ciclo do Marabaixo de 2015.

As reuniões, que iniciam na próxima semana, têm como finalidade unir os grupos no mesmo padrão. O secretário de Estado da Cultura, Disney Furtado, afirma que esse processo de apuração dos projetos e demandas de cada grupo influencia no alinhamento e organização de um trabalho conjunto. "Para organizar os projetos e ideias de cada grupo, vamos unir diariamente os representantes e avançar de forma igualitária em cada setor".

Cada comunidade que representa os movimentos afrodescendentes e realiza as tradicionais festas familiares dispõe do auxílio da Seafro na elaboração de projetos. A gestora da Secretaria Extraordinária de Políticas Afrodescendentes, Nazaré Farias, ressaltou a importância dos grupos buscarem o apoio da secretaria. "Nossa secretaria serve como coordenação para a realização desses eventos. Vamos auxiliar cada setor dando o direcionamento correto e ajudando da forma que pudermos".

A partir de segunda-feira, 9, os representantes das comunidades apresentarão as planilhas e os projetos para apuração. A Secult e a Seafro definiram essas estratégias de organização, antecipadamente, para o amapaense poder usufruir de festas organizadas, seguras e que gerem renda para os microempreendedores.

Comunidades atingidas por Bamim e Fiol se articulam em Intercâmbio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.03.2015

Teve início nesta quarta-feira (4) e vai até amanhã um intercâmbio entre comunidades baianas dos municípios de Caetité, Pindaí e Ilhéus, impactadas pela Bahia Mineração (Bamim) e pelas obras de infraestrutura que visa atender ao projeto Minerário, através da Ferrovia de Integração Leste Oeste (Fiol, Porto Sul e Rodovia).



CPT Bahia

O primeiro dia do Intercâmbio terá a presença de comunidades e organizações de Ilhéus e de Pindaí em visita às comunidades de João Barroca, impactada diretamente pela Bamim. Já no segundo dia de atividades, a visita será à comunidade de Manoel Vicente, Impactada pela Bamim e Fiol, e Curral Velho, também atingida pela Fiol.

O intercâmbio surge da preocupação das comunidades quanto ao conjunto de impactos provocados pela Bahia Mineração, que tem causado uma série de "ataques" aos direitos das famílias de 11 comunidades do município de Ilhéus, no Sul da Bahia, e 24 comunidades dos municípios de Caetité e Pindaí, no Sudoeste do Estado, que são acompanhadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT-BA).

Embora a luta seja comum, ainda falta para as comunidades um processo de articulação mais amplo, para além da luta localizada. Assim sendo, o objetivo do intercâmbio é garantir um momento de formação e troca de experiências no qual as comunidades possam reconhecer a amplitude dos problemas e consigam se articular para enfrentar e obter resultados favoráveis às populações envolvidas.

Mobilização da sociedade é o antídoto contra graves e iminentes retrocessos, por Maurício Guetta

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.03.2015

Em artigo, o advogado e assessor de Política e Direito Socioambiental do ISA, Maurício Guetta, lista algumas das principais ameaças aos direitos socioambientais do cenário político brasileiro e mobilizações importantes em defesa desses direitos



Por Maurício Guetta, no ISA

O cenário político desenhado para os próximos anos não deixa dúvida: viveremos, daqui por diante, cada vez mais graves ameaças de retrocessos em praticamente todos os temas relacionados aos direitos humanos, com especial destaque aos direitos socioambientais.

Direitos conquistados por indígenas e comunidades tradicionais, notadamente sobre as terras necessárias para a sua sobrevivência física e cultural, são objeto de inúmeras proposições legislativas destinadas a alijá-los. São propostas que versam sobre uma infinidade de temas, tais como alterações constitucionais voltadas a petrificar a demarcação de territórios tradicionais, a anular Terras Indígenas (TIs) já demarcadas, homologadas e implantadas, bem como a permitir o desenvolvimento de atividades minerárias, hidrelétricas e agropecuárias em TIs, apenas para citar algumas.

CONT.



Para se ter uma ideia do grau de ameaça aos direitos indígenas e de populações tradicionais, basta verificar que a primeira reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados, no dia 3/2, definiu estratégias sobre quatro temas principais, sendo três deles diretamente relacionados a esses direitos: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 215-A/2000 e apensos (que visam, entre outras medidas, transferir, do Poder Executivo para o Poder Legislativo, a competência para a demarcação de TIs, unidades de conservação (UCs) e territórios quilombolas; o Projeto de Lei (PL) n.º 7.735/2014 (que trata da exploração do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais) e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Fundação Nacional do Índio (Funai).

A ofensiva contra os direitos territoriais estende-se ao direito fundamental de toda a coletividade de viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Após desfigurar por completo o Código Florestal, o maior retrocesso legislativo ambiental da história do País, com consequências desastrosas para qualidade e quantidade de água, para a produção de energia (já que o Brasil tem a energia hidrelétrica como base de sua matriz energética) e o combate às mudanças climáticas, a bancada do agronegócio e suas aliadas (as bancadas evangélica, da mineração, da construção civil, da bala, dos meios de comunicação etc.) seguem sua ofensiva contra as UCs, com projetos tendentes a anular ou reduzir os limites de algumas dessas áreas e permitir a extração de minérios, a ampliação de latifúndios e a construção de mais hidrelétricas na Amazônia.

Trata-se da expansão das fronteiras de exploração dos recursos naturais brasileiros, em boa parte voltados para atender ao mercado internacional, em detrimento da qualidade de vida da população brasileira e dos direitos das populações vulneráveis, naquilo que alguns denominam de neocolonialismo.

Agenda de retrocessos

Longe de ser exclusividade dos direitos socioambientais, a agenda de retrocessos nos direitos humanos, estrategicamente arquitetada pelo Congresso conservador, é de assustar até os mais desavisados. São ameaças aos direitos urbanísticos, trabalhistas, à igualdade racial, à educação, à saúde, à justiça social, à igualdade de gênero, à liberdade sexual, à redução das desigualdades no sistema criminal e outros tantos. Tudo para atender aos interesses econômicos de empresas privadas financiadoras de campanhas eleitorais ou aos preceitos do fundamentalismo religioso.

A frágil democracia brasileira vive período decisivo para o seu futuro. É que a reforma política, tão almejada pela sociedade brasileira, muito provavelmente não será reforma, mas, ao contrário, destinada a estabelecer um conjunto de medidas que, na prática, poderá ampliar ainda mais o controle da política brasileira pelo poder privado. Logo no início do ano legislativo, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o novo presidente da Câmara dos Deputados, apressou-se em permitir a criação da Comissão Especial da PEC n.º 352/2013, cujo presidente será o deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ) e o relator, o Deputado Marcelo Costa (PMDB-PI).

CONT.



A proposição atenta contra os pleitos dos movimentos sociais, unidos em torno da Plataforma pela Reforma do Sistema Político. Não parece ser obra do acaso o fato de o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, seguir impedindo a continuidade do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o financiamento privado de campanhas, ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil e que já conta com maioria de votos pela inconstitucionalidade. Em breve, os financiadores de campanha poderão celebrar o aniversário de um ano de paralisação do processo, promovido pelo pedido de vistas de Mendes.

Para piorar, o governo federal vive dias de tensão. A nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobrás assombra o Palácio do Planalto com a hipótese do impeachment e o pressiona ainda mais para a direita, subordinando-o aos interesses políticos do PMDB, eminentemente retrógrados, sempre na contramão de direitos humanos. Some-se a isso o fato de que a reforma dos ministérios pela presidente Dilma Rousseff não sinaliza qualquer mudança no direcionamento das políticas socioambientais, subordinadas a agendas negativas desde seu primeiro mandato, mantendo e acrescentando figuras polêmicas e adversas em várias pastas importantes. Um dos reflexos desse cenário certamente será a continuidade da inércia estatal na efetivação de direitos socioambientais, como se verifica com a paralisação da oficialização de TIs e UCs.

Apesar de todos esses pesares, em tempos de retrocesso, devemos ser capazes de olhar adiante, para além da onda pessimista, e nos espelharmos em mobilizações que têm sido responsáveis por frear o ímpeto conservador-fundamentalista. Os três exemplos de mobilizações sociais mais recentes nos mostram que é possível barrar medidas violadoras dos direitos básicos dos brasileiros, garantidos pela Constituição. A primeira, ocorrida no final do ano passado e que segue ativa, reunindo diversas organizações indígenas, indigenistas e socioambientais, conseguiu o que parecia impossível: evitar a aprovação da PEC n.º 215-A/2000 pela Comissão Especial na Câmara dos Deputados, composta majoritariamente por Deputados ligados à bancada do agronegócio (saiba mais). A segunda, também em curso, coordenada pelo APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, vêm obtendo sucesso na luta contra o que consideram ser um desmonte da educação pública no Estado (leia mais). A terceira é de inspirar a todos e deve servir de lição para as próximas lutas. Contra o PL n.º 7.735/2014, mais de 80 movimentos sociais, organizações e redes da sociedade civil de todo o Brasil uniram-se pela primeira vez para impedir retrocessos impostos pelo governo federal e pelas indústrias farmacêutica, de cosméticos e do agronegócio (leia aqui).

Em defesa da Constituição cidadã, dos direitos sociais, políticos e socioambientais, é preciso que a sociedade se una em prol do Estado Democrático de Direito, deixando de lado, pelo menos por ora, suas eventuais rugas ideológicas. Ou nos empenhamos juntos nessa luta, ou viveremos tempos sombrios de retrocessos. Mobilizem-se!

Maurício Guetta é advogado do ISA e professor de Direito Ambiental da PUC-SP.

Justiça de Humaitá suspende audiência a pedido de defesa de índios Tenharim
SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 04.03.2015



No primeiro dia de audiência parentes dos mortos fizeram protesto na frente do quartel (Foto: Carlos Terrinha)

O juiz Reyson de Souza e Silva, da 2ª. Vara da Justiça de Humaitá, no sul do Amazonas, suspendeu a audiência de instrução no início da tarde desta quarta-feira (04) após acatar pedido da defesa dos seis índios tenharim, suspeitos de envolvimento nas mortes de três homens "brancos", de evocar o direito dos réus de permanecerem calados até que a última testemunha arrolada na ação criminal preste seu depoimento.

Uma testemunha do processo criminal, o ex-coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) estava ausente na audiência, que por medida de segurança aconteceu dentro de um quartel do Exército, o 54º. BIS (Batalhão de Infantaria de Selva).

Antes da suspensão da sessão pública, cerca de dez, das 18 testemunhas arroladas, já tinham sido ouvidas na audiência que começou na terça-feira (03) e terminaria nesta quarta, entre eles, policiais militares, servidores públicos e indígenas da etnia Tenharim.

Como o juiz Souza e Silva não dispensou o depoimento de Bocchini, o Ministério Público

CONT.



Estadual vai emitir uma carta precatória para que ele seja ouvido pela Comarca onde reside. O prazo do retorno da carta com o depoimento é de 30 dias. Assim, não há no momento uma data da retomada da audiência e do julgamento dos réus.

Os seis indígenas tenharim, que negam a autoria do crime, foram denunciados por sequestro, duplo homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáveres, conforme investigações da Polícia Federal, pelas mortes do professor da rede municipal Stef Pinheiro, 43, o vendedor comercial Luciano Freire, 30, e o funcionário da empresa Eletrobras Amazonas Energia, Aldeney Salvador, 40, em 16 de dezembro de 2013. O motivo do crime seria vingança pela morte do cacique Ivan Tenharim. Os indígenas Gilvan e Gilson são filhos do cacique. Valdinar é sobrinho. O crime provou uma revolta nos moradores de Humaitá contra a etnia Tenharim.

A Polícia Federal diz que o ex-coordenador da Funai de Humaitá, Ivã Bocchini, tomou conhecimento da morte do cacique Ivan Tenharim. Mas levantou a hipótese de atropelamento, versão que deixou o indígenas revoltados. Em uma carta publicada no blog da coordenação à época, ele pediu investigações para apurar o suposto atropelamento do cacique. Segundo a polícia, o indígena caiu da motocicleta e morreu no dia 03 de dezembro de 2013.

A suspensão da audiência de julgamento provocou críticas da acusação. "É uma estratégia da defesa dos indígenas para postergar o julgamento", disse Carlos Evandro Terrinha, advogado das famílias dos mortos no crime, que aconteceu em dezembro de 2013, provocando revolta de moradores da cidade de Humaitá contra a etnia Tenharim.

A Justiça de Humaitá não se pronunciou sobre a suspensão da audiência. A legislação penal permite que o réu seja o último a ser ouvido na audiência de instrução. O objetivo é que haja a ampla defesa.

Procuradores da Funai são os responsáveis pela defesa de quatro acusados: Simeão Tenharim, Gilson Tenharim, Valdinar Tenharim, ambos estão presos, e Aurélio Tenharim. Três advogados do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) fazem a defesa de Domiceno Tenharim e Gilvan Tenharim, que também estão presos. A reportagem procurou os advogados para comentar a estratégia do princípio da ampla defesa, mas eles não responderam as solicitações de entrevistas.

Até o momento, a reportagem não conseguiu localizar o ex-coordenador Ivã Bocchini para que ele comente o motivo de sua ausência na audiência em Humaitá.

Justiça restringiu presença de familiares na audiência

A audiência de instrução havia começado na terça-feira (03) e tinha previsão de término nesta quarta-feira. Inicialmente seriam ouvidos, no mínimo, 30 testemunhas, mas foram convocadas pela Justiça 18 testemunhas. Ao final da audiência, o juiz Souza e Silva abriria prazo para as alegações finais e faria a pronúncia. Assim, ele decidiria se os acusados iriam a Júri Popular.

CONT.



Segundo o advogado de acusação Carlos Evandro Terrinha, a suspensão da audiência foi uma estratégia “frágil” da defesa dos indígenas.

“As testemunhas arroladas pela defesa nada viram e nada sabem. A defesa então evoca o direito dos réus de ficarem calados alegando a tese da negativa da autoria. É muito frágil o argumento. A materialidade está comprovada, a perícia é a prova dos assassinatos”, disse.

Carlos Evandro Terrinha disse que um forte esquema de segurança foi montado pela Justiça para evitar um clima de tensão durante a audiência. Segundo ele, só tiveram acesso às dependências do 54º. BIS as pessoas autorizadas. Os familiares dos três mortos, por exemplo, não puderam acompanhar a sessão. Por causa das restrições, na terça-feira, amigos dos familiares fizeram uma pequena manifestação na frente do quartel. Não houve registro de tumulto pela Polícia Militar.



Com cheia do Madeira, comunidade de São Sebastião está isolada, em RO

SÍTIO GLOBO.COM, 05.03.2015

*Estrada de chão era a principal via que dava acesso até a comunidade.
Semagric diz que enviará máquinas para arrumar estrada até quarta, 4.*

A comunidade de São Sebastião, localizada à margem esquerda do Rio Madeira em Porto Velho, está isolada por terra. Com o nível do rio em alta, só é possível chegar ao local pelo rio. A estrada de chão era a principal via de acesso à comunidade. Com o isolamento, a voadeira é o meio de transporte mais tradicional dos ribeirinhos.

O nível do Rio Madeira atingiu 16,98 metros nesta terça, segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). A previsão da CPRM é que as águas continuem subindo a uma média de cerca de 10 centímetros por dia.

O agricultor Sebastião Pereira diz que teve de levar a mãe para outro sítio, para que a irmã pudesse ficar com ela, mas que o perigo da propriedade ficar isolada permanece. "Vai alagar a estrada. Se ela adoecer teremos que levá-la na canoa", diz. O agricultor Paulo Henrique relata que o rio atrás da chácara onde vive subiu quase 90 centímetros, desde sexta-feira (27). Ele teme que uma nova cheia como a do ano passado se repita, isso porque a água já chega perto da residência onde vive.

O segundo acesso por terra até a comunidade é mais longo, cerca de 11 quilômetros. Deste número, 8 quilômetros são feitos em outra estrada de chão, que também não escapa do alagamento. Essa outra estrada fica na entrada da comunidade de São Sebastião, do outro lado da área inundada.

A adolescente Rosamaria Ramos, de 12 anos, tem que atravessar a passagem com água pelos joelhos, em um local onde é comum ver jibóias e jacarés é comum. Ela relata que faz a travessia diariamente para pegar o ônibus até a escola. "Tem que levantar a calça para poder passar e tirar o tênis", explica.

O nível da água sobe há uma semana, e o funcionário público, Regino Rabelo, lamenta a situação. "A situação está crítica novamente. Nós estamos em desespero ao lembrar de tudo o que passamos em 2014, e que pode acontecer de novo", diz.

A funcionária pública Gracilene Rodrigues mudou de casa porque "preferiu não arriscar". Segundo ela, não tem lógica ficar em um lugar sem segurança. Ela construiu uma casa aos fundos da comunidade, que é mais alto.

As marcas da água na parede das residências, após a cheia de 2014, ainda podem ser vistas.

CONT.



Oito famílias ainda permanecem na comunidade, das 70 que residiam no local. É o caso da aposentada Odália Barbosa, que alega não ter saído de casa por não ter para onde ir. "Meu sobrinho me arrumou uma casa, mas a casa é dele. Para a cidade eu não quero ir", determina. Ela diz que casas foram prometidas para os atingidos da cheia, mas até agora nada, aconteceu.

São Sebastião é conhecida por realizar a festa ribeirinha em homenagem ao Santo São Sebastião. O piscicultor Francisco Maia relata que o sentimento de desolação e abandono é grande devido o Poder Público que não dá assistência à comunidade.

"Povo que tem terra para as localidades mais altas estão construindo casas com recursos próprios. Não veio ajuda de ninguém até agora", lamenta.

O Secretário Municipal de Agricultura de Porto Velho (Semagric), Leonel Bertolini, informou que a estrada que margeia o Rio Madeira e que faz o caminho mais curto até a comunidade foi condenada pelo Ministério da Integração, e também pela Defesa Civil. Ele diz ainda que os moradores da comunidade foram informados de que não deveriam voltar para o local por conta dessa condenação.

Bertolini afirma que há uma área de 44 hectares depois da ponte sobre o rio madeira, a qual será comprada pela prefeitura para realojar os moradores da comunidade de São Sebastião. Entretanto, como medida emergencial, o secretário garantiu que, até quarta-feira (4), vai encaminhar máquinas para arrumar a estrada que dá acesso a São Sebastião e ao novo Engenho Velho.

Humaitá: Familiares Dos Três Homens Mortos Na Reserva Indígena Tenharim-Marmelo Pedem Justiça

SÍTIO JORNAL DE HUMAITÁ, 04.03.2015



Viúvas de uma das vítimas chora por justiça. (Foto: Reprodução/TV Amazonas)

Humaitá-AM. Nesta quarta-feira (4), foi dado início a última sessão de audiências de instruções dos seis indígenas da etnia tenharim, eles são acusados de assassinar brutalmente três homens não indígenas na reserva Tenharim-Marmelo, na Rodovia Transamazônica (BR-230) em Humaitá, Sul do Amazonas, 600 km de Manaus. Familiares das vítimas tentaram acompanhar a audiência, mas foram impedidos de permanecer no prédio do 54º BIS (Batalhão de Infantaria de Selva). O processo corre em segredo de justiça.

Quatro familiares concederam entrevista na manhã de ontem (3), para a Rede Amazônica, após serem impedidos de adentrar no auditório do 54º BIS (Batalhão de Infantaria de Selva), há cerca de 8 km, da zona urbana de Humaitá. Minutos depois iniciou-se a última sessão de audiências de instruções, na qual levou dois dias. De acordo com os familiares eles disseram que "São os últimos a saber e que só querem justiça". finalizou uma das viúvas.

A sessão de audiências de instruções finalizou aproximadamente às 12:00 horas, com média de 40 minutos para cada réu.

BNDES aprova R\$ 6,6 mi do Fundo Amazônia para projeto dos Índios Ashaninka, do Acre

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.03.2015

É o primeiro projeto apoiado pelo Fundo a ter sido concebido e apresentado diretamente por indígenas, sem intermediação do setor público ONGs



BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou operação de R\$ 6,6 milhões, com recursos do Fundo Amazônia, para a Associação Ashaninka do Rio Amônia. Este é o primeiro projeto concebido e apresentado diretamente ao Fundo Amazônia por uma comunidade indígena, sem intermediação do setor público ou de ONGs.

Na operação pioneira, a equipe do BNDES responsável pelo Fundo Amazônia analisou em conjunto com os representantes indígenas Ashaninka, do Acre, as diversas etapas do projeto Alto Juruá, até sua aprovação.

Os Ashaninka do Rio Amônia concentram-se na aldeia Apiwtxa (termo que na língua nativa significa "união"), parte da Terra Indígena (TI) Kampa do Rio Amônia. Esta Terra Indígena — no município de Marechal Thaumaturgo, fronteira com o Peru e vizinha da Reserva Extrativista do Alto Juruá — é alvo de pressões relacionadas ao desmatamento e à degradação florestal.

CONT.



O projeto contempla ações em benefício não só do povo Ashaninka, mas também de comunidades indígenas e não indígenas do entorno da TI Kampa do Rio Amônia, abrangendo um conjunto de áreas protegidas.

O objetivo é promover o manejo e a produção agroflorestal nas comunidades, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento, além de apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território e de fortalecimento da organização local, na região do Alto Juruá/Acre.

A iniciativa aprovada pelo Fundo Amazônia beneficiará os 720 habitantes da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, mais 600 da Terra Indígena do Rio Breu e 50 comunidades da Reserva Extrativista Alto Juruá, além de capacitar seis comunidades Ashaninka do Peru. O prazo de execução é de 36 meses.

Estratégia – O projeto, desenhado pela comunidade indígena durante três anos, faz parte da estratégia dos Ashaninka de proteção de seu território e dos recursos naturais, que viram no trabalho com a população do entorno uma forma de mobilizar parcerias e minimizar as pressões predatórias sobre a região.

A proposta envolve uma abordagem territorial diferenciada para o enfrentamento das pressões por desmatamento em terras indígenas e inclui ações de capacitação concebidas de modo a fortalecer o protagonismo indígena.

O Fundo Amazônia apoia ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma Amazônia, com recursos não reembolsáveis.

O projeto com os Ashaninka do Rio Amônia é o quinto apoiado pelo Fundo Amazônia com foco exclusivo no apoio aos povos indígenas, somando um total de R\$ 75 milhões de colaboração financeira, além de R\$ 14 milhões que beneficiam as comunidades indígenas em outros oito projetos.

Além disso, o Fundo Amazônia realizou chamada pública para selecionar projetos de elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas no Bioma Amazônia, lançada em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Destaque: Meninos Ashaninka no Acre. Foto da internet, atribuída ao Ministério da Cultura



Museu Goeldi sedia jornada sobre pescadores tradicionais

SÍTIO PORTAL BRASIL, 04.03.2015

Evento abordará resultados de pesquisas sobre populações pesqueiras e seu ambiente. Programação está disponível on-line

O Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg/MCTI) organizará entre 12 e 13 de março, a jornada "Pescadores Tradicionais, Recursos Naturais e Dinâmicas da Paisagem", no auditório da Coordenação de Botânica do Mpeg, localizado no campus de pesquisa da instituição em Belém (PA).

Organizado pelo Grupo Renas, por meio do Laboratório de Antropologia dos Meios Aquáticos (LAMAq) do Museu, o evento abordará resultados de pesquisas realizadas sobre as populações pesqueiras e seu ambiente. A programação já está disponível para consulta.

O evento também será um momento para o planejamento da participação nas comemorações ao sesquicentenário do Museu Goeldi em 2016.

Durante a jornada acontecerá mais uma edição do Seminário Interdiálogos, também organizado pelo LAMAq. O seminário será incorporado como conferência de abertura da jornada.

Seminário Interdiálogos

No dia 12 de março, o Museu também sediará o seminário Interdiálogos. Com o tema "Populações Tradicionais Pesqueiras: pesquisas, intercâmbios, parcerias e experiências no Grupo de Pesquisa ETAPA", o evento abordará as populações tradicionais pesqueiras e as experiências antropológicas do Grupo de Pesquisa Etnologia, Tradição, Ambiente e Pesca Artesanal (ETAPA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

As discussões serão conduzidas por Francisca de Souza Miller, Pós-doutora em Antropologia e professora da UFRN e coordenadora do grupo ETAPA.

Serviço:

Jornada "Pescadores Tradicionais, Recursos Naturais e Dinâmicas da Paisagem"

Data/Hora: 12 e 13 de março, às 9h

Local: Auditório da Coordenação de Botânica do MPEG – Campus de Pesquisa (Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme, Belém/PA)

Fontes:

Portal Brasil com informações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Museu Paraense Emílio Goeldi



A força da mulher pantaneira do Mato Grosso do Sul

SÍTIO SEGS, 05.03.2015

Em Anastácio e Aquidauana, mulheres vítimas de violência se unem em busca de melhoria da qualidade de vida, através de ações empreendedoras, de formação e conscientização sobre a biodiversidade local

Há dez anos, em Anastácio, numa roda informal de conversa, um grupo de doze mulheres vítimas de violência doméstica decidiu que era chegada a hora de virar a página. O passado triste e a cumplicidade mútua serviram como estímulo para que essas amigas vislumbassem um futuro melhor e buscassem independência financeira. Assim nasceu a Associação de Mulheres Extrativistas do Pantanal (Amina) que já ofereceu formação profissional gratuita a mais de duas mil mulheres.

Em 2014, o projeto "As Marruás Pantaneiras e seus doces caseiros" da Amina foi um dos 22 selecionados pelo Programa Oi Novos Brasis, do Oi Futuro, que valoriza ações que estimulem o desenvolvimento comunitário e a promoção, uso e conservação do meio ambiente e da biodiversidade, tendo como um dos eixos a promoção do trabalho colaborativo e em rede. A iniciativa prevê a industrialização de doces caseiros de frutas típicas do cerrado (como cumbaru, bocaiúva e guavira), além da promoção de cursos de culinária e artesanato voltados para a comercialização. Paralelamente às aulas também são realizadas palestras sobre o combate à violência doméstica para a comunidade local.

"Conseguir se sustentar é o primeiro passo para a mulher se libertar da violência doméstica. Hoje, nosso objetivo é aumentar a produção e gerar mais renda para subsidiar nossas despesas e poder ajudar mais mulheres", destaca Nilma Infran, atual coordenadora e uma das fundadoras da Associação. Com o apoio do Oi Futuro a entidade concluiu o plantio do viveiro de plantas frutíferas que serão utilizadas como matéria prima para os doces, comprou equipamentos e desenvolverá um site para divulgação do projeto e comercialização dos produtos.

A coordenadora do projeto ressalta que o apoio da Oi também foi muito importante para mostrar às participantes o potencial que a entidade tem. "Não imaginávamos que nossa pequena associação, composta de mulheres humildes, pudesse ser selecionada dentre outros projetos maiores. Isso nos mostrou novas possibilidades e motivou a buscar, cada vez mais, o aprimoramento das nossas atividades. É a realização de um grande sonho", declara Nilma com a satisfação de quem descobriu o significado da palavra superação e hoje incentiva outras mulheres.

SERVIÇO - A sede da Amina fica em Anastácio (MS). Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (67) 3245-1790.



Boletim de Notícias - Edição nº 40/2015

Brasília, 05 de março de 2015.

Comissão de Agricultura também analisará marco legal da biodiversidade

SÍTIO O REPÓRTER, 05.03.2015

BRASÍLIA (Agência Senado) - Foi aprovado nesta quinta-feira (5) em Plenário requerimento do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) para que o PLC 2/2015, que estabelece o marco legal da biodiversidade, também seja analisado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A matéria já tramitaria em quatro comissões permanentes: Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE), Ciência e tecnologia (CCT) e Meio Ambiente (CMA).

Apresentada pelo Executivo, a proposta facilita a pesquisa com plantas e animais nativos e a repartição de benefícios gerados pelo uso comercial desse patrimônio genético e do conhecimento sobre ele desenvolvido por indígenas e comunidades tradicionais.

O texto original foi modificado na Câmara e tramita no Senado em regime de urgência, devendo ser votado até 10 de abril, quando passará a trancar a pauta do plenário.



Campello reforça que políticas sociais não sofrerão com ajuste fiscal

SÍTIO PORTAL BRASIL, 05.03.2015

Em reunião, ministra destaca que segurança alimentar e nutricional de povos e comunidades tradicionais é prioridade do governo

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, reforçou nessa quarta-feira (4) que as políticas sociais conquistadas nos últimos anos estão asseguradas e não sofrerão com o ajuste fiscal.

Campello destacou também que o ministério está ouvindo a sociedade civil para definir as novas metas das políticas públicas. Um dos focos, segundo ela, são as ações de segurança alimentar e nutricional para os povos e comunidades tradicionais.

“Estamos fazendo um esforço gigantesco para participar deste momento de ajuste fiscal sem comprometer as nossas políticas públicas”, disse ela, ao participar da XVIII Reunião Ordinária da plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Para o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, é preciso saber o que a sociedade espera da política alimentar do governo e, a partir disso, mobilizar os estados para colocar em prática uma agenda que ataque os bolsões de insegurança alimentar.

“Nossa proposta é reduzir a insegurança alimentar dos povos e comunidades tradicionais, mapeando as aldeias indígenas, comunidades quilombolas, de ciganos, moradores de rua e grupos populacionais específicos”, afirmou Campos.

Na avaliação do secretário, o sistema agroalimentar brasileiro não supre a população com alimentos saudáveis. “Estamos virando a página do acesso à alimentação e o nosso próximo grande desafio será garantir o abastecimento de produtos saudáveis e aqueles com menor teor de gordura”

Para ele, é preciso definir o papel da agricultura familiar e dos sistemas agroecológicos no fornecimento de alimentos, bem como da indústria, da distribuição, dos equipamentos públicos, das escolas, da política tributária, para garantir uma alimentação que proporcione saúde e qualidade de vida e que não traga problemas à população.

“Na reunião do Consea, fizemos uma avaliação da conjuntura econômica e discutimos os próximos passos para a construção deste novo ciclo. O Brasil saiu do Mapa da Fome e evoluiu em todos os indicadores da área social e de segurança alimentar. Agora precisamos organizar os próximos quatro anos”, disse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40/2015

Brasília, 05 de março de 2015.

A elaboração do Segundo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, segundo Campos, estão entre as principais ações.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



Currículo diferenciado para comunidade Quilombola

SÍTIO INFONET, 05.03.2015

Seed discute currículo com professores e lideranças

A Secretaria de Estado da Educação (Seed), através do Departamento de Educação, por meio do Núcleo de Educação, Diversidade e Cidadania - SEED/DED/NEDIC, realizou o primeiro encontro pedagógico do ano. O evento que contou com a participação da equipe gestora, professores e lideranças da comunidade, aconteceu na Escola Estadual Quilombola Gilberto Amado, localizada na Comunidade Porto D'areia, no município de Estância.

Com o objetivo de construir uma proposta curricular diferenciada em atendimento ao que preconiza a legislação vigente sobre o trabalho pedagógico nas unidades escolares quilombolas, o encontro possibilitou uma ampla discussão sobre os caminhos a serem percorridos na elaboração da referida proposta e os obstáculos enfrentados pela escola na atualidade.

Com o tema "Desafios na Construção de uma Escola Verdadeiramente Quilombola - pensada pelos quilombolas para os quilombolas", a professora Maria da Conceição Mascarenhas, coordenadora do NEDIC/DED/SEED, afirma ser necessário, apesar dos entraves, que se olhe para a educação em comunidades tradicionais. "Esse olhar deve ser de forma diferenciada, respeitando sua história, a sua cultura e principalmente a legislação que assegura o trabalho nas unidades escolares quilombolas", enfatizou.



(Foto: Ascom Seed/SE)

Valorização da Cultura Quilombola

Ainda durante o encontro, o professor Edson Aragão, coordenador estadual da Educação Escolar Quilombola, falou sobre a importância do planejamento pedagógico e de uma proposta curricular construída pela comunidade escolar e local valorizando a história e cultura do povo quilombola. "É de suma importância que professores e alunos que estão nessas escolas atuem como pesquisadores", disse o coordenador.

Na oportunidade foi apresentada a proposta de elaboração de 'Cadernos Pedagógicos para a Educação Escolar Quilombola'. Estes cadernos, divididos por área do conhecimento, serão elaborados pela equipe escolar e lideranças da comunidade, tendo o acompanhamento dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40/2015

Brasília, 05 de março de 2015.

técnicos do NEDIC/DED/SEED atendendo o que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

O programa contribuirá favorecendo o trabalho do professor em sala de aula durante o ano de 2016 e fornecerá à escola subsídios para desenvolver uma identidade quilombola própria, pois será construída em parceria com a comunidade, valorizando e respeitando suas especificidades.

Fonte: Ascom Seed/SE



Marinha presta esclarecimentos sobre Operação Amazônia Azul

SÍTIO PORTAL BRASIL, 05.03.2015

Ao todo, 796 embarcações foram inspecionadas, 109 notificadas, 57 apreendidas e duas apresadas nos primeiros dias de operação

O Comando do 4º Distrito Naval (Com4ºDN) e as Capitânicas dos Portos do Maranhão, do Piauí, do Amapá e Fluvial de Santarém, realizaram uma coletiva de imprensa sobre a Operação Amazônia Azul 2015.

O Comandante do 4º Distrito Naval, Vice-Almirante Edlander Santos, apresentou os objetivos da Operação e as ações ostensivas do Grupo-Tarefa (GT) NORTE referentes à fiscalização, inspeção e abordagem de embarcações visando à repressão das práticas ilegais nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) sob sua responsabilidade, em cooperação com os Órgãos de Segurança Pública participantes.

Além dessas atividades, o Almirante Edlander também destacou as Ações Cívico-Sociais (ACISO) que propiciarão atendimentos médico-odontológicos, bem como distribuição gratuita de medicamentos às comunidades ribeirinhas da Amazônia. Assim como a instalação de coberturas de eixo em embarcações, a fim de evitar o escalpelamento, e a realização de campanhas educativas com ênfase no uso do colete salva-vidas.

Na ocasião, foram apresentados os resultados dos primeiros dias da Operação. Ao todo, 796 embarcações foram inspecionadas, 109 notificadas, 57 apreendidas e duas apresadas. Entre as cargas detidas estavam 200 caixas de roupas e óculos sem nota fiscal, 11 toneladas de açaí transportado sem as devidas formalidades legais, seis toneladas (7,76 m³) de madeira, 8.000 metros de rede de pesca, dois motores de lancha, duas rabetas, três armas longas e 3.000 mídias piratas. O condutor da embarcação com açaí ilegal era um foragido da justiça condenado a 15 anos de prisão por homicídio qualificado. Também foram detidas sete pessoas em área de garimpo ilegal, em Monte Dourado (PA).

Participaram da coletiva no Com4ºDN, representantes da Polícia Federal, da Receita Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS-PA), da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SEGUP-PA), da Polícia Civil, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) e do Centro de Perícia Científica Renato Chaves.

Fonte: Marinha do Brasil.

Dom Francisco Xavier Rey: uma experiência educativa contra o analfabetismo no Vale do Guaporé no século XX!

SÍTIO ARIQUEMES ON LINE, 05.03.2015

Dom Francisco Xavier Rey: uma experiência educativa contra o analfabetismo no Vale do Guaporé em meados do século XX!

Prof. Sílvio M. Nascimento*



Mgr François Xavier Rey

A formação das professoras para escolarizar o povo ribeirinho nos povoados e distritos do Vale do Guaporé, iniciou-se nos anos 30, após a assunção do religioso franciscano Pierre Elie Rey ou Dom Francisco Xavier Rey, ao comando da Prelazia de Guajará-Mirim. Durante sua chegada, constatou em viagem, o analfabetismo e o abandono do povo nos lugares recônditos por onde passava. Dessa forma, idealizou e fundou o Colégio Santa Terezinha, uma Instituição escolar/religiosa em forma de internato estruturada com limitados recursos financeiros e com o apoio material do poder público e das camadas médias urbanas da sociedade guajaramirense.

A Prelazia ampliou os esforços no sentido de por em prática a ideia de construir pequenas escolas nos povoados às margens do rio Guaporé e instruir parte do povo ribeirinho, além de iniciar um trabalho de formação das professoras, em sua maioria, mulheres negras — corolário da formação populacional historicamente constituída de pessoas oriundas dos quilombos — oferecendo-lhes gratuitamente o acesso aos estudos no Internato. Ali, disponibilizava-se educação integral modelada numa organização curricular com estudos relativos às séries iniciais (1ª a 5ª), além de noções de enfermagem e da catequese sobre o comando da professora Emília Bringel, educadora experiente conhecida como Dona Pretinha.

Com a fundação do Instituto Nossa Senhora do Calvário em 1937, esta instituição assumiu as funções do Colégio Santa Terezinha em todas as suas vertentes de ensino. O antigo prédio do Internato cedeu seu espaço para a mudança da prelazia onde atualmente abriga um mosteiro. Mas a influência de Dom Rey e os objetivos planejados para formação de meninas ribeirinhas permaneceram inalterados. A direção passou a ser exercida então, pelas irmãs Calvarianas, grupo missionário composto por duas francesas, Irmã Marta do Calvário e Irmã São Rafael, uma irlandesa, Irmã Marta de Jesus e duas freiras brasileiras, Maria Agostinho e Maria Antonieta, esta última falecida após quatro meses de trabalho em Guajará-Mirim.

CONT.



A Escola de Dom Rey era destinada a preparação das primeiras professoras para atuarem nas comunidades ribeirinhas. Em regime de internato, a formação de meninas negras para o magistério, intensificou-se nas duas décadas seguintes, em concomitância com o movimento de revitalização da Igreja Católica em Guajará-Mirim. Seguiam regras rígidas de convivência coletiva, participavam do processo de aprendizagem da catequese, assim como eram avaliadas em sua atuação estudantil e comportamental, muitas vezes, pelo próprio Dom Rey.

Após a conclusão dos estudos, eram encaminhadas para suas comunidades de origem. Estavam aptas para atuarem no aprendizado das primeiras letras das crianças ribeirinhas e se tornariam, por seu turno, uma liderança de maior status social por também exercer a catequese, atuarem como enfermeiras, conselheiras e em alguns casos, juízas de paz. A futura professora era o elo entre o povo e as regras morais e religiosas do catolicismo, apropriadas simultaneamente com os conhecimentos básicos oferecidos pela escola.

Em fins de 1937, começou o trabalho das primeiras professoras negras em escolas comunitárias fundadas por Dom Rey, nos povoados de Rolim de Moura, Pedras Negras e Limoeiro. O governo do Mato Grosso em acordo com a prelazia de Guajará-Mirim, que inicialmente remunerava estas professoras, assumiu a responsabilidade da nomeação de Paula Gomes de Oliveira, Antônia Quintão, Eremita Cordeiro, Estela Lemos Madeira e Maria de Jesus Evangelista. Verena Leite Ribeiro trabalhou em Vila Bela da Santíssima Trindade e revolucionou a escola na região com atuação inovadora pra época como o ensino de africanidades e a abolição dos castigos físicos aos alunos, entre outras medidas.

Com a criação do Território Federal do Guaporé em 13 de setembro de 1943, o primeiro governador Aluísio Pinheiro Ferreira assumiu as escolas dos povoados e nomeou as professoras formadas nas escolas de Dom Rey para o quadro funcional do novo Território. Vivia-se o auge do Segundo Ciclo da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial (1939/1945). Muitas dessas professoras, após anos de atuação e dedicação à causa educativa, provaram do reconhecimento popular.

Algumas, ainda em vida, tiveram seus nomes escolhidos para a nomenclatura das escolas construídas em diversos municípios de Rondônia, cuja indicação se devia pelo pioneirismo no magistério. É o caso da Professora Alexandrina Gomes que chegou a ocupar a Secretaria Municipal de Educação em Costa Marques ou Izabel Assunção, falecida em 2014, mas que deixou registrado parte desta história num livro.

Definir se havia no projeto de escolarização de Dom Xavier Rey a intencionalidade de uma política de dominação religiosa por meio das ações das professoras negras, torna-se menos importante, diante do quadro de abandono geral das localidades sob a jurisdição do governo do Mato Grosso. O trabalho educacional de Dom Francisco Xavier Rey ficou marcado por todas as comunidades ribeirinhas do Guaporé. Suas professoras desempenharam papel importante na alfabetização, no ensino primário e na vida sociorreligiosa, revertendo parte do quadro adverso encontrado quando de sua chegada à Guajará-Mirim.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40/2015

Brasília, 05 de março de 2015.

Com essa experiência bem sucedida de Dom Francisco Xavier Rey, a educação do futuro Estado de Rondônia começava a ampliar oportunidades de acesso para o seu povo, apesar da escolarização amazônica ainda se situar distante do sonho ideal de mudanças, com base no que dizia Paulo Freire "que a educação é uma forma de intervenção no mundo". O projeto de Dom Francisco Xavier Rey e sua formação de professoras contribuíram para enaltecer a incipiente história da educação de Rondônia, fazendo parte do universo acadêmico no qual as mulheres negras passaram a ocupar um lugar de grande destaque no plano educacional e na esfera política, como sujeitos da história.

*O autor é historiador formado pela UFRN e Mestre em educação pela UNIR. – silviomellon@hotmail.com



Índios Pitaguary fecham acesso a açude em Maracanaú

SÍTIO CEARÁ AGORA, 05.03.2015

Os índios da tribo Pitaguary, que ocupam uma área reservada de 1.727 hectares no município de Maracanaú, iniciaram uma ação na manhã desta quinta-feira (05/03), para reduzir a entrada de pessoas em suas terras com o intuito de fazer festas à beira do açude Santo Antônio.

O grupo indígena bloqueou a Rua Professor José Henrique da Silva, única via de acesso ao açude, onde, de acordo com as lideranças da tribo, diversas pessoas utilizam do espaço, principalmente aos finais de semana, para fazer festas, com direito a paredões de som, bebidas e drogas. Tudo isso sem o consentimento dos índios, que têm a posse da terra.

Segundo Madalena Pitaguary, coordenadora da ONG Mãe Terra, o bloqueio visa alertar as autoridades ao "turismo desorganizado" da população na área reservada. "Nós não somos contra as visitas, mas essa invasão nós não aceitamos", ressalta a índia. Visitantes da tribo e trabalhadores da área têm a passagem permitida.

Para João Paulo Pitaguary, líder jovem da tribo, essa rotina de eventos à beira do açude vem modificando o modo de vida de alguns integrantes da tribo. "Com essa exposição, os nossos curumins não podem mais andar nus e nem correr livre pela aldeia, alterando a nossa maneira de viver", lamenta.

Nesta sexta-feira (6), quando acontece um feriado municipal em Maracanaú, é esperada uma grande procura da população pelo local. Dessa forma, os índios irão manter o bloqueio. "Nós não somos adeptos a violência, mas estamos saturados. Se forcarem a entrada aqui vamos para o embate, e carros e motos vão ser queimados", alerta João Paulo.

O protesto pede, também, a homologação da terra pela Presidência da República. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a área dos Pitaguary tem permissão para materializar os limites da terra desde 2007, o que ainda não aconteceu.

Mulheres indígenas: trocas de saberes e sabores – refletindo sobre práticas alimentares

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2015



Comissão Pró-Índio de São Paulo

As mulheres Tupi-Guarani da Aldeia Piaçaguera, no litoral sul de São Paulo, receberam, no último final de semana (27 e 28/02), mulheres M'bya da Aldeia Tenondé Porã para uma vivência de cozinhar pratos tradicionais – uma troca de saberes e sabores sobre práticas alimentares e a soberania alimentar.

O evento promovido em parceria com a Comissão Pró-Índio de São Paulo reuniu 23 mulheres de diferentes idades. No centro cultural da aldeia, as mulheres debulharam milho, cozinham na fogueira e recordaram de pratos que eram feitos pelos antigos – à base de milho, mandioca, farinha de trigo e fubá. Também dançaram e cantaram.

“Fiquei muito emocionada. Quando eu era pequena a gente fazia tudo assado no fogão à lenha.”, Lenira, Tupi-Guarani de Piaçaguera.

CONT.



“Muito bonito ver tanta mulher reunida!”, Luiza Vidal, de Tenondé Porã.

“Essas trocas são muito importantes para nós, principalmente para os professores, que temos que passar esses conhecimentos para as crianças e jovens”, Lilian, Tupi-Guarani de Piaçaguera.

Vivências de Cozinhar

O evento em Piaçaguera integra a agenda que a Comissão Pró-Índio de São Paulo desenvolve com mulheres indígenas no Estado de São Paulo. Por meio de vivências de cozinhar, mulheres mais velhas recordam e ensinam às mais jovens os pratos “tradicionais”. Por meio desses eventos promove-se uma reflexão sobre a situação atual de insegurança alimentar vivida nas suas aldeias e possíveis estratégias para superar tal realidade.

Terras de tamanho diminuto, população crescente e novos hábitos de consumo são fatores que acentuam a situação de insegurança alimentar dos povos indígenas em São Paulo. Garantir essa segurança em terras indígenas que não apresentam condições adequadas para sobrevivência física e cultural é o desafio da maioria das aldeias em São Paulo no alcance de modos de vida resilientes.

Para a realização da oficina, a Pró-Índio contou com apoio financeiro da Christian Aid e DKA-Áustria.

Foto: Carlos Penteado

Justiça dá prazo para que Funai em Altamira se reestruture e atenda indígenas afetados por Belo Monte

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2015



MPF PA

Atendendo a pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal de Altamira deu prazo de 60 dias para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Norte Energia apresentem e cumpram um plano de reestruturação para que a Fundação possa atender as crescentes demandas dos povos indígenas afetados pela usina de Belo Monte. Apesar de ser condicionante da obra, com várias obrigações previstas no licenciamento, até agora nem a empresa responsável pela usina nem o poder público tomaram as providências para fortalecer a estrutura da Funai.

O plano deverá conter, de acordo com a decisão do juiz Cláudio Pina, a definição do imóvel para abrigar a sede definitiva da Funai, um cronograma detalhado para as obras da sede, relatório com o quantitativo de servidores que devem ser lotados para atender os indígenas afetados por Belo Monte e um cronograma para realização do concurso público que permita reforçar o quadro da Fundação tanto em Brasília quanto na região do Xingu. Além disso, o juiz

CONT.



ordenou que a Norte Energia apresente o termo de compromisso assinado com a Funai que a obriga a dar apoio material e fazer contratação temporária de profissionais.

Como é costume nos processos judiciais envolvendo as obrigações de Belo Monte, a defesa do governo federal alegou que o poder Judiciário não deveria interferir na definição de políticas públicas. A decisão do juiz respondeu que, “para quem da judicialização de políticas públicas, o presente feito trata somente do cumprimento de obrigações assumidas para a viabilização de empreendimento em pleno curso”.

“Trata-se, portanto, de incursão não no âmbito da política pública, mas do efeito, ou seja, nas consequências jurídicas, sociais e econômicas da política pública já adotada e levada a efeito pela União no âmbito de sua atuação discricionária na escolha do projeto energético nacional”, prossegue a decisão, para concluir: “o exercício do poder discricionário na escolha da política pública não pode servir de pretexto para o descumprimento de compromissos assumidos para a viabilização do projeto ou limitações escudadas na cláusula da reserva do possível”

A situação das populações indígenas atingidas por Belo Monte no médio rio Xingu é considerada insustentável pelo MPF. Os compromissos e obrigações previstos desde 2010 para evitar e compensar os impactos não foram cumpridos até hoje. A ação demonstrou à Justiça os graves prejuízos.

“Presença constante dos índios na cidade, em locais provisórios e degradantes; ruptura completa da capacidade produtiva e alimentar; conflitos sociais, divisão de aldeias e deslegitimação das lideranças; vulnerabilidade extrema, com aumento do alcoolismo, consumo de drogas e violência sexual contra menores; modificação radical dos hábitos alimentares; surgimento de novas doenças, como diabetes, obesidade e hipertensão; super produção de lixo nas aldeias; vulnerabilidade das terras indígenas; diminuição da oferta de recursos naturais; conflitos interétnicos; impedimento do usufruto de seus territórios e desestímulo às atividades tradicionais. Esses são apenas alguns exemplos do que Belo Monte representa hoje aos povos indígenas do médio Xingu.”

Para o MPF, a inação do poder público diante da necessidade de obrigar o cumprimento das condicionantes e de, nos casos de descumprimento, aplicar as punições necessárias levou a Norte Energia a controlar totalmente o processo de licenciamento ambiental. “O empreendedor reescreve suas obrigações e implementa políticas anômalas, sem o devido controle da Funai, incapacitada que está de cumprir sua missão institucional e de fazer valer as normas deste licenciamento”, constata o MPF.

[Íntegra da liminar](#)

Processo nº 2694-14.2014.4.01.3903

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação



Carta Pública: Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares do Brasil repudiam projeto de lei que vende e destrói a biodiversidade nacional

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.03.2015

Os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e os Agricultores Familiares do Brasil, representados por suas entidades e organizações parceiras abaixo assinadas, vêm expor o seu posicionamento sobre o Projeto de Lei n.º 7.735/2014 (atual PLC n.º 02/2015), que pretende regulamentar o acesso e a exploração econômica da biodiversidade e da agrobiodiversidade brasileiras, bem como dos conhecimentos tradicionais associados.

De início, registramos que os Povos e Comunidades acima mencionados estão plenamente cientes da atual ofensiva verificada no Brasil contra seus direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal, pela legislação ordinária e por Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil, contexto no qual se insere o PL n.º 7.735/2014, apresentado ao Congresso Nacional pelo governo federal em regime de urgência. Em razão desse cenário, que ameaça a própria existência dos Povos e Comunidades Tradicionais, informamos que as entidades representativas encontram-se unidas e mobilizadas com a determinação de lutar conjuntamente na defesa de seus direitos historicamente conquistados, os quais constituem a base da soberania e democracia constitucional do País.

Especificamente em relação ao PL n.º 7.735/2014, que pretende anular e restringir nossos direitos, repudiamos a decisão deliberada do Poder Executivo de nos excluir do processo de sua elaboração, sem qualquer debate ou consulta, em violação à Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), à Convenção da Diversidade Biológica (CDB), ao Tratado Internacional dos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura/FAO (TIRFAA) e à Constituição Federal. Em contraste a isso, denunciaremos o amplo favorecimento dos setores farmacêutico, de cosméticos e do agronegócio (principalmente sementeiros), a ponto de ameaçar a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais associados e programas estruturantes para a segurança e soberania alimentares, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a possibilidade inclusive de legalização da biopirataria.

Tal cenário, reconhecido pelo próprio Governo, resultou em grave desequilíbrio no conteúdo do Projeto de Lei em questão. Além de anistiar as irregularidades e violações históricas e excluir qualquer fiscalização do Poder Público sobre as atividades de acesso e exploração econômica, o PL n.º 7.735/2014 viola direitos já consagrados na legislação brasileira, o que pode ser claramente verificado nos seguintes pontos principais:

- (1) Em relação ao acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais:
 - a) Deixa de prever e inviabiliza a negativa de consentimento prévio dos povos e comunidades tradicionais;

CONT.



- b) Flexibiliza a comprovação do consentimento livre, prévio e informado, em detrimento da proteção de conhecimentos coletivos;
- c) Dispensa o consentimento livre, prévio e informado, para o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado relacionado à alimentação e agricultura; e
- d) Permite que empresas nacionais e internacionais acessem e explorem, sem controle e fiscalização, o patrimônio genético brasileiro e os conhecimentos tradicionais associados, permitindo, por exemplo, o acesso de empresas estrangeiras a bancos de sementes.

(2) No que tange à repartição de benefícios:

- a) Prevê que apenas produtos acabados serão objeto de repartição de benefícios, excluindo os produtos intermediários;
- b) Restringe a repartição de benefícios aos casos em que o patrimônio genético ou conhecimento tradicional for qualificado como elemento principal de agregação de valor ao produto;
- c) Isenta de repartição de benefícios todos os inúmeros casos de acessos realizados anteriormente ao ano de 2000, e mantém explorações econômicas até hoje;
- d) Condiciona a repartição de benefícios apenas aos produtos previstos em Lista de Classificação a ser elaborada em ato conjunto por seis Ministérios;
- e) Estabelece teto, ao invés de base, para o valor a ser pago a título de repartição de benefícios;
- f) Deixa a critério exclusivo das empresas nacionais e internacionais a escolha da modalidade de repartição de benefícios nos casos de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional de origem não identificável;
- g) Isenta microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais de repartir benefícios; e
- h) Exclui de repartição de benefícios a exploração econômica do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado relacionado à alimentação e agricultura.

(3) No que se refere às definições:

- a) Substitui o termo "povos" por "população" ao tratar de povos indígenas;
- b) Substitui o termo "agricultor familiar" por "agricultor tradicional", em afronta à Lei 11.326/2006;
- c) Descaracteriza a definição de "sementes crioulas" contida na Lei n.º 10.711/2003;
- d) Deixa de prever que o atestado de regularidade de acesso seja prévio e com debates participativos sobre seus termos ao início das atividades; e
- e) Enfim, adotou conceitos à revelia dos detentores dos conhecimentos tradicionais.

Diante do exposto, os Povos Indígenas, os Povos e Comunidades Tradicionais e os Agricultores Familiares do Brasil exigem o comprometimento do Governo Federal com a reversão do cenário acima denunciado, mediante a correção dos graves equívocos contidos no Projeto de Lei n.º 7.735/2014, de forma a assegurar o respeito e a efetivação dos seus direitos legal e constitucionalmente garantidos.

Declaramos que não mais admitiremos a postura antidemocrática e o engajamento político do Governo Federal, associado aos interesses empresariais e outros, em direção à expropriação

CONT.



da biodiversidade e da agrobiodiversidade brasileiras e dos conhecimentos tradicionais associados.

Reafirmamos, por fim, a nossa determinação de continuar unidos, mobilizados e dispostos a manter-nos em permanente luta na defesa de justiça e de nossos direitos.

Assinam a presente carta:

1. Amigos da Terra Brasil
2. Articulação do Semiárido – ASA Brasil
3. Articulação do Seminário – ASA Paraíba
4. Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME
5. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB
6. Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste – ARPINSUDESTE
7. Articulação dos Povos Indígenas do Sul – ARPINSUL
8. Articulação Mineira de Agroecologia – AMA
9. Articulação Nacional de Agroecologia – ANA
10. Articulação Pacari
11. Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses
12. Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas
13. AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia
14. Associação Agroecológica TIJUPÁ
15. Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica
16. Associação Brasileira de Agroecologia
17. Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal – ABEEF
18. Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO
19. Associação Cedro – Centro de Estudos e Discussões Romani
20. Associação das Mulheres Organizadas do Vale do Jequitinhonha
21. Associação das Panhadoras de Flores
22. Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul
23. Associação de Comunidades da Diáspora Africana por Direito à Alimentação – Rede Kodya
24. Associação de Mulheres Catadoras de Mangabas
25. Associação dos Agricultores Guardiões da Agrobiodiversidade de Tenente Portela – AGABIO
26. Associação dos Retireiros do Araguaia – ARA
27. Associação dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Minas Gerais – ADERE/MG
28. Associação Floresta Protegida (Mebengôkre/Kayapó)
29. Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN
30. Associação Nacional Ciganas Calins
31. Associação Nacional da Agricultura Camponesa
32. Associação Nacional da Cultura Bantu – ACBANTU
33. Associação para a Pequena Agricultura no Tocantins – APA-TO
34. Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia – AOPA;
35. Bionatur

CONT.



36. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida
37. Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas – Orgânicos Sul de Minas
38. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM
39. Centro de Tecnologias Alternativas – CETAP
40. Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA)
41. Centro Ecológico
42. Comissão Guarany Ivyrupa
43. Comitê Chico Mendes (CCN)
44. Conselho do Povo Terena
45. Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul
46. Conselho Indigenista Missionário – CIMI
47. Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS
48. Cooperativa Coppabacs – AL
49. Cooperativa Econativa
50. Cooperativa Grande Sertão
51. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB
52. Coordenação Nacional Quilombola – CONAQ
53. Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia
54. FASE – Solidariedade e Educação
55. Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional
56. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
57. Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos
58. Fundação Vida Para Todos – ABAI
59. Grande Assembleia do Povo Guarani – Aty Guasu
60. Grupo Carta de Belém
61. Grupo de Trabalho Amazônico – GTA
62. Grupo de Trabalho Biodiversidade / ANA
63. Ingá/RS
64. Instituto Socioambiental – ISA
65. Levante Popular da Juventude
66. Memorial Chico Mendes
67. Movimento das Aprendiz(es) da Sabedoria (Benzedores e Benzedoras, Parteiras, e Costureiras de Rendidura)
68. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC
69. Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP
70. Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA
71. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná – MOPEAR
72. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
73. Movimento Geraizero
74. Movimento Urbano de Agroecologia – MUDA
75. Núcleo Amigos da Terra Brasil
76. Núcleo de Cultura e Extensão – PTECA/ESALQ-USP
77. Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro
78. Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 40/2015

Brasília, 05 de março de 2015.

-
- 79. Rede de Educação Cidadã – RECID
 - 80. Rede Eco Vida de Agroecologia
 - 81. Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais
 - 82. Sociedade Civil da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT
 - 83. Terra de Direitos
 - 84. União Agroecológica de Inconfidentes – UAI
 - 85. Via Campesina
 - 86. Via Campesina Sudamerica



Programa "Voz Indígena" será veiculado na Educativa FM e TVE

SÍTIO ISA, 05.03.2015

Autor: Marcio Breda

Campo Grande (MS) - Voltado para a difusão das culturas de todas as etnias, o "Voz Indígena" fará parte da grade de programação da Educativa FM e da TVE. O programa foi avaliado pela Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres, População Indígena e Juventude da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho e aprovado pela direção da Rádio e TV Educativa (RTVE).

Dentro da diretriz do governador Reinaldo Azambuja de ampliar a interlocução com as comunidades indígenas e garantir a inclusão e participação dos índios nas políticas públicas e ações do Estado, o diretor-presidente das emissoras do Estado, jornalista Bosco Martins, se reuniu com a gestora de Políticas Públicas para a População Indígena, Silvana Terena, para tratar da veiculação do programa. O jornalista indígena Sidney de Albuquerque é o autor da proposta, baseado em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A ideia é levar notícias e informações de utilidade pública. Além da prestação de serviço, as comunidades indígenas terão programas específicos sobre identidade cultural e economia solidária, com orientações e dicas sobre as atividades produtivas.

"O governador Reinaldo Azambuja determinou ações que contribuam com o desenvolvimento de atividades sustentáveis nas aldeias e inclusão da população indígena no processo produtivo, não apenas para a subsistência, mas também para agregar renda, tanto na área de alimentos quanto no setor cultural", lembrou o secretário Sérgio de Paula, chefe da Casa Civil.

O jornalista indígena Sidney de Albuquerque, autor da proposta de programa temático, sugeriu também a retransmissão, pelas emissoras comunitárias, da programação da Educativa FM. As propostas foram discutidas pela gestora Silvana Terena com a direção da RTVE, junto com o assessor de questões indígenas Lisio Lili e o educador indígena André José. Em outra reunião, da equipe de rádio, as propostas foram aprovadas, faltando definir a periodicidade da veiculação.

Segundo o diretor-presidente da RTVE, Bosco Martins, há constatação de mais de 50 rádios comunitárias nas aldeias, mas as emissoras, por não terem produção própria e uma programação pequena, acabam não atingindo a finalidade, por isso deve haver uma integração com as emissoras públicas para preenchimento da programação nas aldeias. Por falta de produção, as emissoras comunitárias acabam se valendo da internet para manter as rádios funcionando, mas sem objetividade no conteúdo, muitas vezes estranho à cultura indígena.

CONT.



"Voz Indígena" - De acordo com o jornalista Sidney Albuquerque, o objetivo é adotar uma "linguagem radiofônica" inteligível nas comunidades, levando informação sobre aspectos culturais e identidade dos povos originários de Mato Grosso do Sul, além da prestação de serviço.

"Com muita prestação de serviço, o programa vai esclarecer direitos e deveres da população indígena, tirar dúvidas e informar sobre qualquer opção no intuito de facilitar o acesso aos serviços oferecidos, tanto públicos quanto privados", diz Albuquerque, lembrando que a proposta prevê ainda entrevistas, reportagens e notas, além de músicas produzidas por vários povos que trazem em suas letras seus cotidianos e línguas nativas. "O regionalismo destas canções que destacam os cenários, as lendas e as questões indígenas também serão destaque no programa, além de drops com as curiosidades e lendas".

Sidney Albuquerque é formado em Jornalismo pela Universidade Católica Dom Bosco, foi gestor cultural e premiado na XIV Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação com o projeto do programa "Voz Indígena"; Representou essa categoria no XXXV Intercom Nacional 2012 e foi premiado no 1º Concurso de Cuita Documentário sobre a Lei Maria da Penha, promovido pela Banco Mundial, Procuradoria Especial da Mulher e Câmara dos Deputados, entre outros títulos.

<http://www.pantanalnews.com.br/contents.php?CID=101983>



Médicos e enfermeiros são capacitados sobre Doenças Prevalentes na Infância
SÍTIO PORTAL SAÚDE, 05.03.2015

Médicos e enfermeiros do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Rio Solimões participaram, na última semana, de uma capacitação em Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI), uma estratégia da Organização Mundial da Saúde (OMS) adotada pelo Ministério da Saúde que visa uma melhor eficácia no primeiro nível de atendimento e, consequentemente, a redução da mortalidade infantil.

Essa foi a primeira de quatro capacitações que ocorrerão no primeiro semestre de 2015 para 80 profissionais, sendo 60 do DSEI e 20 dos municípios que são referências para os Polos Base do distrito: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Tonantins.

Segundo a enfermeira do DSEI Alto Rio Solimões, Isabela Resende Pereira, em média, são atendidas 4200 crianças no DSEI, principalmente por problemas de infecção respiratória, pneumonia, diarreia e agravos nutricionais. "As crianças são atendidas e acompanhadas pela equipe do Polo Base e, quando necessário, são encaminhadas ao município de referência", explica a enfermeira.

Neste primeiro encontro, realizado em Santo Antônio do Içá, os participantes aprenderam sobre a atenção integral a crianças de dois meses a cinco anos. As próximas capacitações estão programadas para: Benjamin Constant (23 a 28/03), São Paulo de Olivença (13 a 18/04) e Tabatinga (25 a 30/05). Após o término de cada ação será feita uma visita para verificar a aplicabilidade da estratégia em área.

"As metas e objetivos foram alcançados e 95% dos participantes foram aprovados. Esperamos que os profissionais coloquem em prática o que foi repassado a eles, com o objetivo de oferecer uma atenção integrada e qualificada às crianças menores de cinco anos", concluiu Isabela.

Facilitadores

Profissionais da Divisão de Atenção à Saúde Indígena (DIASI) do DSEI Alto Rio Solimões foram capacitados pelo Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP) no mês de novembro de 2014, em Recife (PE), para serem facilitadores na estratégia de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância. Após essa capacitação, os profissionais montaram um cronograma para realizar repassos de conhecimento a médicos e enfermeiros do DSEI, além de profissionais dos municípios de referência do distrito.

Por Graziela Oliveira

MDA articula políticas públicas para povos indígenas

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 05.03.2015

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, recebeu representantes da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e o deputado Nilton Tatto (PT/SP) nesta quarta-feira (4), na sede do ministério, para discutir políticas públicas específicas para povos e comunidades indígenas.



Patrus ressaltou a preocupação do ministério em fomentar a agroecologia, a segurança alimentar e a demarcação de terras

Na reunião, o ministro reforçou o compromisso da pasta com os povos e comunidades tradicionais. "É importante compreender as especificidades de cada povo, para trabalhar em prol dele. Por isso, nossa intenção é articular políticas de fomento à agroecologia, segurança alimentar e demarcação de terras, preservando a identidade cultural e histórica desse povo", explicou.

Para a representante dos povos indígenas, Sônia Bone, encontro busca criar uma agenda comum de trabalho. "O histórico de luta e apoio do MDA nos faz acreditar que, em parceria, podemos avançar ainda mais", finalizou.

CONT.



Diálogo permanente

O ministro Patrus Ananias tem dedicado suas primeiras semanas à frente da pasta para reforçar o diálogo com os movimentos sociais – promessa feita em seu discurso de posse. A cooperação entre a pasta e entidades representativas, no entanto, deve ganhar ainda mais força. Durante o encontro desta quarta-feira, Ananias salientou a necessidade de criar um fórum que integre líderes de grupos ao campo. “Esse é um momento propício para unirmos esforços, em prol do Brasil rural.”



Justiça cobra plano para atender indígenas afetados por Belo Monte

SÍTIO GLOBO.COM, 05.03.2015

Norte Energia e Funai têm 60 dias para apresentar plano de reestruturação. Segundo MPF, poder público e empresa não cumprem condicionantes da obra

A Justiça Federal de Altamira, no sudoeste do Pará, fixou um prazo de 60 dias para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina de Belo Monte, apresentem e cumpram um plano de reestruturação de modo que a Funai possa atender as demandas dos povos indígenas afetados pelo empreendimento. A informação foi divulgada na última quarta-feira (4). Em nota, a Funai informou que foi intimada da decisão judicial e que está avaliando a pertinência da interposição de recurso. O G1 também entrou em contato com a Norte Energia e aguarda posicionamento.

Segundo a Justiça, embora seja uma das condicionantes da obra, com várias obrigações previstas no licenciamento, nem a empresa responsável pela usina nem o poder público teriam tomado providências para fortalecer a estrutura da Funai.

De acordo com a decisão do juiz Cláudio Pina, o plano deverá conter a definição do imóvel para abrigar a sede definitiva da Funai, um cronograma detalhado para as obras da sede, relatório com o quantitativo de servidores que devem ser lotados para atender os indígenas afetados por Belo Monte e um cronograma para realização do concurso público que permita reforçar o quadro da Fundação tanto em Brasília quanto na região do Xingu. Além disso, o juiz determinou que a Norte Energia apresente o termo de compromisso assinado com a Funai que a obriga a dar apoio material e fazer contratação temporária de profissionais.

A determinação atende a um pedido do Ministério Público Federal (MPF), que considera insustentável a situação das populações indígenas atingidas por Belo Monte no médio rio Xingu. O MPF sustenta que os compromissos e obrigações, previstos desde 2010, para evitar e compensar os impactos não foram cumpridos, gerando graves prejuízos.

Para o órgão, a falta de ações do poder público diante da necessidade de obrigar o cumprimento das condicionantes e de, nos casos de descumprimento, aplicar as punições necessárias teria levado a Norte Energia a controlar o processo de licenciamento ambiental. "O empreendedor reescreve suas obrigações e implementa políticas anômalas, sem o devido controle da Funai, incapacitada que está de cumprir sua missão institucional e de fazer valer as normas deste licenciamento", constata o Ministério Público Federal.



No AM, termina 1ª audiência com índios acusados de triplo homicídio

SÍTIO GLOBO.COM, 05.03.2015

Índios Tenharim ficaram em silêncio durante toda audiência, em Humaitá. Juiz decidirá se acusados vão a júri popular; audiência ocorreu em quartel.

Depois de dois dias de interrogatório, chegou ao fim a primeira audiência com índios Tenharim suspeitos de envolvimento no assassinato de três homens que desapareceram na Transamazônica (BR-230), em dezembro de 2013. A audiência terminou nesta quarta-feira (4), em Humaitá, município a 591 km de Manaus. O processo corre em segredo de Justiça. Os índios acusados de envolvimento nos crimes preferiram manter o silêncio. O juiz ainda deverá decidir se os suspeitos vão a júri popular.

O julgamento ainda não tem data para ocorrer. Os índios presos no dia 30 de janeiro de 2014 são suspeitos dos crimes de homicídio e ocultação de cadáveres e estavam detidos desde o começo da semana em uma casa isolada. Sob um forte esquema de segurança da Polícia Militar e Funai, os acusados só foram levados para a sala onde as testemunhas foram ouvidas depois das 10h desta quarta.

Nesta terça-feira (3), dez testemunhas foram ouvidas. Com exceção dos policiais militares e dos servidores da saúde indígena, o restante negou o envolvimento dos suspeitos.

Na entrada da cidade, a polícia rodoviária federal montou barreiras para garantir a segurança. A audiência ocorreu no Batalhão do Exército. A imprensa só foi autorizada a ficar no estacionamento, do lado de fora do Batalhão. Nem mesmo o advogado da família de uma das vítimas foi autorizado a participar. "Nosso entendimento é contrário ao do magistrado porque todo processo é público", disse Márcio Melo.

Entenda o caso

As mortes ocorreram em dezembro do ano passado, dentro de uma reserva da etnia Tenharim, situada às margens da Rodovia Transamazônica, em Humaitá. Cinco dos seis réus estão presos e afirmam que são inocentes. O sexto suspeito aguarda o julgamento em liberdade.

Os indígenas são réus na ação criminal pelos assassinatos do vendedor Luciano Freire, do professor Stef Pinheiro de Souza e do funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. As três vítimas desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. Os corpos dos três foram encontrados em fevereiro de 2014 durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica.

CONT.



A suspeita é de que os crimes tenham sido motivados por vingança em resposta à morte do cacique Ivan Tenharim, cujo corpo foi encontrado em um trecho da Rodovia Transamazônica no dia 2 de dezembro de 2013. Entre os réus no processo, dois são filhos do líder indígena. No inquérito, de acordo com o representante das famílias das vítimas, consta que os assassinatos foram definidos em uma pajelança - ritual místico realizado por um pajé indígena.

Em abril do ano passado, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou o grupo de índios por triplo homicídio duplamente qualificado, sendo que quatro dos indígenas também serão julgados por ocultação de cadáver.

Em novembro, a Justiça determinou que os índios da etnia Tenharim acusados de assassinar os três homens fossem transferidos para a base Hi-Merimã da Fundação Nacional do Índio (Funai). O local é usado como ponto de apoio para proteção de indígenas isolados. A decisão ainda não foi cumprida. Desde setembro, o grupo está preso em uma delegacia, no município de Lábrea, a 702 km de distância da capital.



OAB-MS promove em abril a VI Semana do Índio

SÍTIO A CRÍTICA, 05.03.2015

A Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), realiza nos dias 16 e 17 de abril, a VI Semana do Índio. Nesta edição, a Comissão traz para debate a saúde mental e a saúde da criança indígena. O evento acontece na sede da OAB/MS de Campo Grande (MS), com entrada gratuita.

“Vamos debater temas que tem preocupado a comunidade indígena de todo o Estado com objetivo de alertar as instituições públicas quanto à urgência na adoção de políticas focadas nessa temática”, explicou a presidente da Comissão, Samia Roges Jordy Barbieri, que é conselheira federal da OAB/MS.

Em 2014, o evento abordou a importância do esporte para a cultura e tradição dos povos indígenas. Também realizado em abril, mês em que se celebra o Dia do Índio (19), a Comissão trouxe, no ano anterior, palestras, feira de artesanato, culinária, danças indígenas e até mesmo uma partida de futebol com jogadores indígenas de aldeias urbanas de Campo Grande.

A VI Semana do Índio acontece no dia 16 de abril, a partir das 18h30, no auditório da OAB/MS e no dia 17 de abril pela manhã. As inscrições podem ser feitas na abertura do evento e os participantes receberão certificados. Mais informações na sede da OAB/MS, na Av. Mato Grosso 4.700 ou pelo telefone (67) 3318-4700.

Aldeias indígenas de Maricá ganharão unidades escolares

SÍTIO MARICÁ INFO, 05.03.2015

Por Sérgio Renato

A Prefeitura de Maricá anunciou nesta quarta-feira (04/03) uma nova ação em benefício das comunidades indígenas de São José de Imbassai e Itaipuaçu. Durante uma reunião entre integrantes do governo municipal e representantes da aldeia Semente, no primeiro bairro, foi anunciado que os dois grupos vão ganhar escolas com ensino e alimentação específicos para eles, com as aulas previstas para começar já no próximo dia 16. O anúncio foi feito uma semana após a ação de atualização de cadastro do programa Bolsa Família, realizada pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, na aldeia Sítio do Céu, em Itaipuaçu.



Serão erguidos espaços nas aldeias para realização das aulas.
(foto: Fernando Silva)

O encontro foi comandado pelo secretário adjunto de Educação, William Campos, que foi à aldeia levando parte da equipe responsável pela nova unidade escolar. Nas duas comunidades, serão erguidos espaços onde as aulas serão realizadas. Enquanto isso não ocorre, os encontros serão ministrados em locais provisórios nas aldeias. Cada unidade terá professores especializados na língua tupi-guarani e nos costumes indígenas, além de merendeiras que vão preparar pratos baseados no cardápio local.

“Nosso propósito é a educação inclusiva. Nós acreditamos que o Brasil foi tomado dos índios, que são os verdadeiros donos da terra e, por isso, temos que incluí-los em tudo que promovemos à população, é nossa obrigação”, frisou Campos, que estava acompanhado do secretário adjuntos de Direitos Humanos e Participação Popular, Mauro Almeida. “Como negro, sei que os índios sofreram e sofrem tanto quanto nós já sofremos e, por isso, me sinto honrado de estar com vocês e à disposição para quaisquer demandas”, garantiu ele.

Em São José de Imbassai, a unidade terá a direção de Cristiane Bittencourt, que afirmou estar bastante motivada para este novo desafio. “Será uma nova etapa pessoal e profissional para mim. Me apaixonei por essa causa e estou movida a muita vontade, até porque creio que essa união é enriquecedora e que temos de oferecer uma boa comunicação a eles”, avaliou a diretora.

CONT.



A comunidade expressou sua gratidão ao governo através de seus representantes. "Sempre buscamos melhorias para nós, mas essa escola é algo que o governo está nos dando e que será muito bom para todos aqui", disse Jurema Nunes de Oliveira, que falou logo depois de outro líder indígena, Miguel Rogério Veramini. "Mesmo devagar, estamos vendo as coisas acontecerem aqui e ficamos muito felizes e agradecidos por isso", afirmou ele. Ao final da reunião, crianças e mulheres da aldeia fizeram uma apresentação de dança para o grupo.



Pesquisador investiga redes sociais na cadeia produtiva da castanha-do-Brasil
SÍTIO R7, 05.03.2015

O extrativismo da castanha-do-Brasil, também conhecida como castanha-do-Pará, vem crescendo no Brasil e desde a década de 90 do século passado indústrias de beneficiamento da amêndoa estão se instalando por toda a Amazônia. A castanha passou a ser, então, um dos principais produtos florestais não-madeireiros trabalhados na região.

Em Rondônia, o quarto maior produtor de castanha-do-Brasil no país, a produção se concentra em terras indígenas, sobretudo em Ji-Paraná. Somente em 2011, a produção no estado chegou a 3.500 toneladas. O estudo dessa cadeia sob a ótica das redes sociais foi o tema da dissertação de mestrado em administração do professor Eslei dos Reis, pela Universidade Federal de Rondônia.

Em seu trabalho "Cadeia extrativa da castanha-da-Amazônia: análise sob a perspectiva de redes sociais" o pesquisador buscou compreender as conexões que envolvem desde os coletores indígenas até as indústrias de beneficiamento. "É um tema bastante interessante em função da procura que a amêndoa tem apresentado nos últimos anos, tanto na área alimentícia quanto na de cosméticos, inclusive pelo mercado internacional", explica.

Durante sua pesquisa de campo em Ji-Paraná, Reis pode conhecer três etnias indígenas predominantes: Arara, Gavião e Zoró, que somam aproximadamente três mil pessoas, ¼ da população indígena do estado. Além dessas populações, o pesquisador investigou entidades que se relacionam com esses povos nessa atividade econômica, como órgãos governamentais, como a Funai e a Conab, cooperativas, empresas ou projetos como o Pacto das Águas, que com patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, estimula e consolida estratégias de desenvolvimento econômico pautadas na sustentabilidade.

Reis constatou que a rede da cadeia da castanha-do-Brasil em Ji-Paraná se constitui com dezoito atores, sendo que a Associação do Povo Indígena Zoró (Apiz) e a Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr (Assiza), do povo Gavião, as que possuem maior influência nessa rede. "Acredito que no quesito organização, estes povos são superiores a outros quando se trata da castanha em Rondônia", destaca o pesquisador. Este é um dos motivos de não ter sido identificada a presença de atravessadores durante a pesquisa de campo.

Em relação a atuação do projeto Pacto das Águas, Reis acredita ser uma referência para a cadeia da castanha. "O Pacto das Águas pode ser considerado um ponto de interconexão entre atores e mostra também o poder de influência e prestígio na rede", analisa. O projeto tem atuação com os povos indígenas Gavião e Arara, além de outros povos no Leste de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso.

"Para nós, é importante termos análises e avaliações externas sobre os avanços obtidos, pois

CONT.



isso demonstra que estamos no caminho certo e que temos muito trabalho pela frente", avalia Plácido Costa, coordenador do projeto que há mais de dez anos investe no empoderamento dos povos indígenas e tradicionais.

Sobre o Pacto das Águas

O projeto Pacto das Águas tem como objetivo estimular e consolidar estratégias de desenvolvimento econômico pautadas na manutenção da floresta e respeito a cultura das populações. Com patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, atua na região Noroeste de Mato Grosso e Leste de Rondônia, envolvendo mais de três mil pessoas no apoio ao manejo florestal comunitário, como a seringa e a castanha.

Além de ser considerada como uma das mais bem sucedidas experiências em alternativas de geração de renda pautadas na conservação das florestas na Amazônia junto a povos indígenas e tradicionais, o Pacto das Águas ajuda a garantir a conservação de 1,8 milhão de hectares de floresta amazônica, considerando a área ocupada pelos povos participantes do projeto.

A Petrobras acreditou na força dessas ideias, e através de seus programas de responsabilidade social, vem apoiando mais de 500 projetos em várias regiões do país, que tem apoiado agricultores familiares, povos indígenas e tradicionais e grupos de jovens e mulheres a construir novas realidades que tragam mais dignidade e qualidade de vida à essas populações.

Website: <http://pactodasaguas.org.br/pt/pagina-inicial.html>

Ministro visita Eirunepé e traça planos para minimizar efeitos da cheia dos rios
SÍTIO D24AM, 05.03.2015

Nove municípios estão em situação de emergência, com mais de 13 mil famílias afetadas pela subida das águas.



Ministro Gilberto Occhi anda por bairros alagados de Eirunepé
Foto: Herick Pereira/Agcom

Manaus – A Defesa Civil estadual será a responsável por repassar os mantimentos do governo federal para os desabrigados pela cheia no município de Eirunepé, distante 1.160 km de Manaus. Ação foi definida na manhã desta quinta-feira (5) durante encontro entre o governador do Amazonas, José Melo, e o ministro da Integração Civil, Gilberto Occhi. Ao todo, nove municípios estão em situação de emergência com mais de 13 mil famílias afetadas pela subida das águas nas calhas do Juruá e Purus.

O ministro da Integração reafirmou apoio total do governo federal e antecipou que o Ministério deverá auxiliar com recursos para a reconstrução das cidades, quando acabar o período de cheia. “O primeiro momento é o da emergência. O segundo é o do restabelecimento da normalidade, e na reconstrução da cidade, com obras do Ministério da Integração ou com

CONT.



ações do Ministério das Cidades. Estaremos presentes em todas as etapas”, destacou Occhi. O valor dos recursos que deverão ser empregados nessas etapas não foi divulgado pelo ministro.

“Fechamos a agenda da logística de como vai funcionar no Estado. A união de forças fará com que os nossos ribeirinhos possam receber o socorro com um tempo resposta mais curto que no passado. Agora é arregaar as mangas”, ressaltou Melo, destacando que nos últimos anos a presidente Dilma Rousseff tem garantido apoio ao Estado nas ações relativas aos fenômenos de cheia e seca.

Entre as ações futuras definidas está uma reunião entre José Melo, Gilberto Occhi e prefeitos dos municípios atingidos pela cheia que irá ocorrer em Manaus para definir ações de curto prazo.

O ciclo de cheia na região do Juruá normalmente ocorre entre o fim de janeiro até o início de abril. Mas dessa vez começou na virada do ano. Em Eirunepé, a cota alcançou a marca de 17,51 metros na quarta-feira. A preocupação é que o nível supere o atingido em 2012, quando a cheia foi recorde. “A situação é de anormalidade, mas o Governo do Estado vem acompanhado e está preparado”, afirma o secretário estadual de Defesa Civil, coronel Roberto Rocha.

Número de pessoas afetadas pela cheia no AM sobe para 65 mil

SÍTIO GLOBO.COM, 05.03.2015

*Pauni e Carauari entraram com pedido de situação de emergência.
Em visita ao AM, ministro anunciou repasses do Governo Federal a vítimas.*



Localizada a 1.160 km de Manaus, Eirunepé é uma das sete cidades em situação de emergência por conta da cheia
(Foto: Divulgação/Defesa Civil)

Subiu para 65 mil a quantidade de pessoas afetadas pela cheia no Amazonas. A informação é da Defesa Civil do estado. Segundo o órgão, dois novos municípios estão com pedido de emergência sob análise. Caso seja confirmado, Pauini e Carauari se juntarão a outras sete cidades afetadas pela cheia.

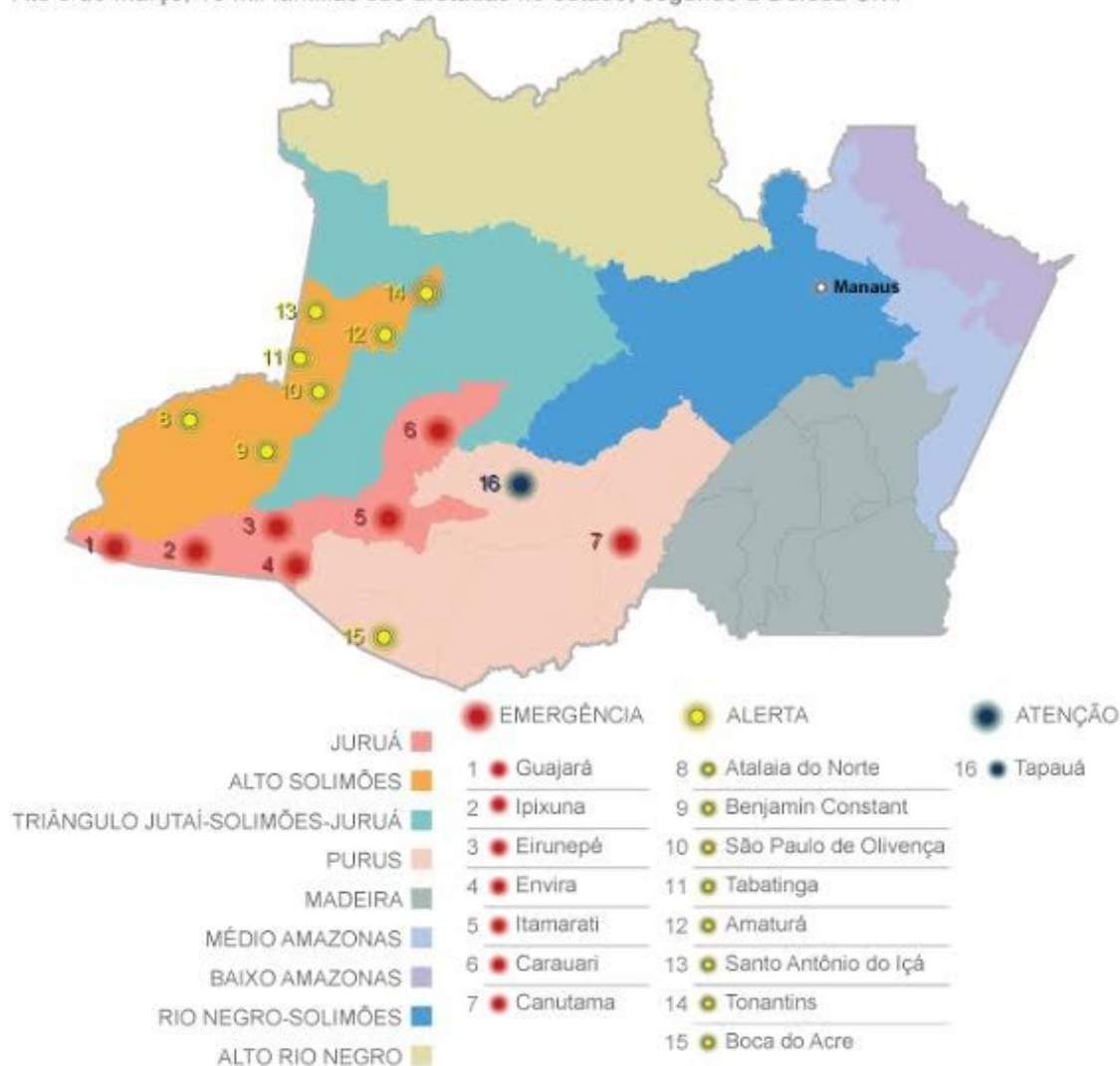
Nesta quinta-feira (5), o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, e o governador do Amazonas, José Melo, visitaram um dos municípios afetados, Eirunepé - a 1.160 km de Manaus.

CONT.

Occhi e Melo foram até as comunidades de Ponta dos Ventos e Morada do Sol em Eirunepé junto ao secretário Nacional de Defesa Civil, general Adriano Pereira, ao secretário de Defesa Civil do Amazonas, coronel Roberto Rocha, ao senador Gladson Cameli, do Acre, e ao prefeito de Eirunepé, Joaquim Bara. Lá, verificaram as condições das pessoas que enfrentam a enchente. Na cidade, o fenômeno atinge mais de 2 mil famílias em regiões ribeirinhas e no perímetro urbano, conforme dados da Defesa Civil.

Cidades do Amazonas afetadas pela cheia em 2015

Até 5 de março, 13 mil famílias são afetadas no estado, segundo a Defesa Civil





O grupo participou ainda de reunião na sede da prefeitura de Eirunepé e decidiu que, com o objetivo de dar mais rapidez ao socorro da população, o Governo Federal fará o repasse de suprimentos para o Governo do Estado entregar aos municípios por meio da Defesa Civil do Amazonas.

Segundo informações da Agência de Comunicação do Governo do Amazonas (Agecom), o ministro da Integração reafirmou apoio total do governo federal e antecipou que o Ministério deverá auxiliar com recursos para a reconstrução das cidades quando acabar o período de cheia. O valor dos recursos que deverão ser empregados nessas etapas não foi divulgado pelo ministro.

Nas próximas semanas, o governador deverá convocar os prefeitos dos municípios afetados para uma nova reunião com Gilberto Occhi em Manaus para definir novas ações de curto prazo. Mas a principal meta, segundo o governador - por meio da Agecom -, é iniciar as discussões para medidas de longo prazo, como a retirada de famílias de regiões de risco para moradias populares.

O ciclo de cheia na região do Juruá normalmente ocorre entre o fim de janeiro até o início de abril. Mas, dessa vez começou na virada do ano. Em Eirunepé, a cota alcançou a marca de 17,51 metros na quarta-feira. A preocupação é que o nível supere o atingido em 2012, quando a cheia foi recorde.